

Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça

REQUERIMENTO / 2012

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requeremos a constituição de uma representação da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, para se reunir em Belém, onde será realizada audiência e a criação da Comissão no Estado do Pará.

Requeiro, com base no art. 32, VIII “a” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que seja constituída uma representação da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça para se reunir em Belém, onde será realizada audiência pública, com a criação da Comissão no Estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

No campo, a mobilização guerrilheira teve sua maior expressão com a Guerrilha do Araguaia. A Guerrilha do Araguaia foi um conjunto de operações guerrilheiras ocorridas durante a década de 1970. O movimento foi organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), oriundo de uma cisão no PCB. Os integrantes do PCdoB pretendiam combater o governo militar e implementar o comunismo no Brasil, iniciando o movimento pelo campo.

Os guerrilheiros se estabeleceram em uma região onde os estados de Goiás, Pará e Maranhão faziam fronteira, às margens do rio Araguaia-Tocantins, próximo às cidades de São Geraldo e Marabá no Pará e de Xambioá, no norte de Goiás (região onde atualmente é o norte do Estado de Tocantins, também denominada como Bico do Papagaio).

Em 1972, no primeiro choque com a guerrilha, uma tropa do Exército foi desbaratada. Em 5 de maio, outra tropa foi desbaratada pela guerrilha, um tenente foi ferido e o cabo Odílio Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas de Belém foi morto. A guerrilha

também atacou uma base do 2º Batalhão de Infantaria de Selva e matou o sargento Mário Abraham da Silva.

Em janeiro de 1975 as operações foram consideradas oficialmente encerradas com a morte ou detenção da maioria dos guerrilheiros.

É importante que uma representação da Comissão possa se deslocar para ir à Belém para que o tema possa ser debatido em audiência pública.

Sala das Comissões, de março de 2012.

Deputado ARNALDO JORDY

PPS/PA